



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO – CNPJ Nº 18.960.233/0001-00

### RESOLUÇÃO Nº 36, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023

#### **“DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DO PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM REGULAMENTADO PELA LEI 14.434/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O **CONSELHO DIRETOR** aprovou, em reunião do dia 22 de setembro de 2023, e eu, **ROGER FERNANDES GASQUES**, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, sanciono a seguinte Resolução:

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 14.434/2023, de 04 de agosto de 2022, que Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, fixando o piso de R\$ 4.750,00 para Enfermeiros, 70% desse valor para Técnicos de Enfermagem, e 50% para Auxiliares de Enfermagem e para Parteiras;

**CONSIDERANDO** que, de acordo com o art. 198, § 14º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 127/2022 prevê que a União deve prestar assistência financeira complementar a Estados, Municípios e ao Distrito Federal, além das entidades filantrópicas e outros prestadores de serviço que atendam, no mínimo, 60% dos pacientes pelo SUS, para cumprimento dos pisos salariais do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e a Parteira;

**CONSIDERANDO** que o Governo Federal informou que os profissionais da Enfermagem receberão, neste ano, 09 (nove) parcelas de repasse referentes ao Piso Nacional da Enfermagem;

**CONSIDERANDO** que os dados profissionais, especialmente os valores que compõem a remuneração, destinados a apuração dos valores dos repasses, foram enviados pelos Municípios Consorciados ao Governo Federal;

**CONSIDERANDO** que o Governo Federal adota orientações da AGU para a realização do cálculo do piso, considerando o vencimento básico e as gratificações de caráter geral, fixas e permanentes, não incluídas as de cunho pessoal, variável ou transitório.

**CONSIDERANDO** que os valores a serem pagos aos profissionais da Enfermagem decorrem de auxílio financeiro complementar do Governo Federal, pelo orçamento do Fundo Nacional de Saúde, conforme a Lei Federal

nº 14.581, de 11 de maio de 2023, cujo repasse observará os critérios da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023;

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 7222, fixou os seguintes entendimentos:

- a) O Piso Nacional da Enfermagem deve ser pago pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na medida dos repasses dos recursos federais, ou seja, na proporção dos repasses.
- b) Os repasses dos recursos federais deverão corresponder não apenas ao piso em si, mas também ao pagamento dos encargos legais incidentes sobre a assistência financeira complementar.
- c) Eventual insuficiência dessa complementação financeira impõe à União a obrigação de providenciar crédito suplementar, mas, se não existir fone que possa fazer frente aos custos exigidos, não será exigido dos entes o cumprimento do piso previsto pela Lei 14.434/2022.
- d) O pagamento do piso salarial é proporcional à carga horária de 44 horas semanais de trabalho e, no caso de carga horária reduzida, o piso salarial deve ser proporcional às horas trabalhadas.

**CONSIDERANDO** que o CIOP efetuará o pagamento dos valores destinados à complementação do Piso Nacional da Enfermagem em folha complementar;

**CONSIDERANDO** que os valores pagos pelo CIOP corresponderão, exatamente, ao que for repassado pelos Municípios;

**CONSIDERANDO** que o CIOP, como destinatário final dos valores repassados pelo Governo Federal aos Municípios Consorciados, não tem informações detalhadas sobre os critérios efetivamente aplicados pelo Ministério da Saúde para o cálculo da complementação de cada um dos empregados;

**CONSIDERANDO** que os valores pagos a título de complementação do Piso Nacional da Enfermagem, sendo verba salarial, terão reflexos em verbas fundiárias e previdenciárias, devendo o repasse do Município Consorciado corresponder à totalidade da complementação do Piso e de seus encargos;

**CONSIDERANDO** que o CIOP não tem informações sobre valores dos repasses das 09 (nove) parcelas previstas, tampouco estimativa dos mesmos para pagamentos futuros, não há, ao menos momentaneamente, elementos para se estimar um quantitativo que representaria um aditivo contratual aos Contratos de Programa firmados com os Municípios Consorciados;

**CONSIDERANDO**, ainda, que não há possibilidade de se firmar contrato de programa sem a contraprestação de serviços apenas para formalizar o pagamento do Piso Nacional da Enfermagem;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** À vista de todo o arcabouço legislativo e judicial acerca do tema, fixando como fonte de receita para o pagamento do Piso Nacional da Enfermagem, inclusive de seus encargos, exclusivamente, os repasses da assistência financeira complementar da União, o CIOP não poderá utilizar recursos próprios para o pagamento da referida complementação ou para o recolhimento dos seus encargos, devendo se valer, exclusivamente, dos repasses efetuados a tal título pelos Municípios Consorciados.

**Art. 2º** O recebimento dos repasses dos Municípios, decorrentes da assistência financeira complementar para pagamento da diferente entre o Piso Nacional da Enfermagem e os valores pagos pelo CIOP e o seu efetivo pagamento aos empregados deverá observar o seguinte:

a) Antes de efetuar o repasse, o Município Consorciado deve enviar ao Setor de Recursos Humanos do CIOP, em ofício assinado pelo Secretário de Saúde, as seguintes informações relacionadas aos empregados contemplados pelo repasse:

- a. Nome;
- b. Cargo;
- c. Período a que se refere o repasse;
- d. Valor do repasse a ser complementado para cada funcionário;
- e. Valor dos encargos fundiários e previdenciários a serem recolhidos, relativamente a cada funcionário.

b) Recebidas tais informações, o Setor de RH do CIOP as encaminhará ao setor de Finanças, que formalizará a respectiva requisição de valor do repasse ao Município Consorciado, indicando a conta específica para o pagamento;

c) Constatado o repasse pelo Município Consorciado, o pagamento será feito em folha complementar e os encargos serão recolhidos;

d) Se sobrevier alguma diferença paga em folha ou recolhida a título de encargos, será emitida requisição complementar ao Município Consorciado.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Presidente Prudente/SP, 22 de setembro de 2023

**ROGER FERNANDES GASQUES**  
**Presidente do CIOP**